

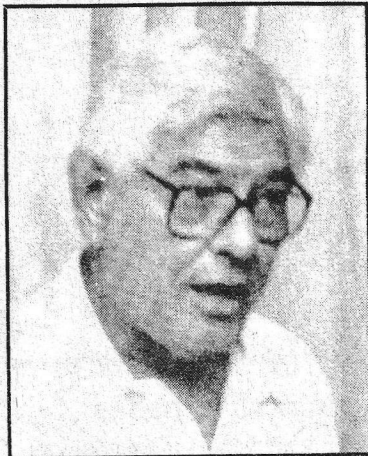
Raunheitti: US\$ 10 milhões em 4 anos

Arquivo

O deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) está enrascado. As primeiras conclusões dos fiscais da Receita e auditores do TCU indicam que entidades ditas “sem fins lucrativos” administradas pela família Raunheitti não só registraram lucro como não conseguiram justificar a destinação das subvenções sociais do Governo, obtidas por intermediação do deputado. As instituições, espalhadas pela Baixada Fluminense, na periferia do Rio, base eleitoral de Raunheitti, receberam cerca de US\$ 10 milhões em quatro anos.

— Para mim, não é preciso mais nenhum dado para pedir a cassação do deputado Fábio Raunheitti — afirmou o deputado Geovani Queiroz (PDT-RJ), membro da subcomissão de subvenções da CPI da máfia do Orçamento.

A Faculdade de Direito de



Raunheitti: às voltas com a Receita

Nova Iguaçu, dirigida por Fábio Gonçalves Raunheitti, filho do deputado, teve lucro de CR\$ 60 milhões (em valores nominais) em 1990, importância superior à subvenção recebida naquele ano, de CR\$ 50

milhões. Os auditores consideraram um disparate, porque se já é irregular uma instituição filantrópica ter lucro, a subvenção perde ainda mais o sentido se o saldo financeiro ultrapassar o valor da “ajuda do Governo”. Na mesma faculdade, foram concedidas bolsas de estudos, com verba enviada pelo MEC, para filhos de diretores da instituição.

A auditoria comprovou, ainda, que a verba subvencionada para as entidades ligadas a Raunheitti eram centralizadas na Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (Sesni) e aplicadas, no dia seguinte da entrada em caixa, no mercado financeiro. Os lucros obtidos nas aplicações não era contabilizado na prestação de contas. As oito instituições “filantrópicas” de ensino vinculadas ao deputado, eram administradas por seus parentes.